

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 12 de fevereiro de 2015.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Quintino Marques Severo, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CUT; Sinara Neves Ferreira, Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta e Conselheira Suplente Representante do MTE; Marcus Pereira Aucélio, Conselheiro Titular Representante do MF; Vera Lúcia Oliveira, Conselheira Titular Representante do MAPA; Thiago Rabelo Pereira, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Rogério Nagamine Costanzi, Conselheiro Suplente Representante do MPS, João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Rui Moreira, Conselheiro Suplente Representante da NCST; João Edilson Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CGTB; Luigi Nese, Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Suplente Representante da CNTur; e, Antônio Mazurek, Conselheiro Titular Representante da FENASEG. **Convidado:** Álvaro Gomes, Secretário de Governo da Bahia.

1 Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Centésima Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a direção do Presidente e Conselheiro Titular
4 Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo. Na sequência, passou ao tópico **I –**
5 **ABERTURA: Pelo Presidente do CODEFAT, Sr. Quintino Marques Severo.** O Presidente
6 cumprimentou os presentes e saudou o Secretário de Governo da Bahia, Sr. Álvaro Gomes, por sua
7 participação à reunião. Destacou que a pauta contemplava apenas dois itens de deliberação e os demais
8 temas seriam apresentações, ressaltando que era imprescindível a manutenção do *quórum* até restar
9 esgotada a pauta. Dando continuidade, passou ao tópico **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata**
10 **da 128ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.** O Presidente indagou se havia
11 alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada, por unanimidade, a Ata em referência.
12 Em seguida, passou ao tópico **III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 – Termos**
13 **Aditivos – TA aos Termos de Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE, realizados no**
14 **período de dezembro de 2014 a janeiro de 2015.** A Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta,
15 Sra. Sinara Neves Ferreira, relatou que no período em referência foram celebrados 3 (três) Termos
16 Aditivos, no montante de R\$1,65 bilhão, assim distribuídos: i) BB – PROGER Urbano Investimento:
17 R\$110,0 milhões; ; ii) BNDES – PRONAF Investimento: R\$420,0 milhões; e, iii) BNDES - FAT

18 Fomentar (Micro e Pequenas Empresas): R\$1,12 bilhão. O Presidente indagou se havia alguma
19 manifestação, em não havendo, declarou aprovado, por unanimidade, o Item em referência. Na
20 sequência, passou ao tópico **IV – APRESENTAÇÃO: ITEM 3 – Tema: Aplicação das**
21 **disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-**
22 **EXTRAMERCADO, pelo Banco do Brasil/BB-DTVM.** O representante do Banco do Brasil/BB-
23 DTVM, Sr. Marcelo Fialho, passou a explanar sobre a atual situação econômica internacional e
24 brasileira e os possíveis impactos desse cenário na precificação dos ativos. Discorreu inicialmente
25 quanto à economia internacional, ressaltando que dois aspectos geraram relevante impacto nos
26 mercados financeiros globais e que serviriam para justificar os movimentos do mercado financeiro
27 interno. Destacou como primeiro aspecto o comportamento das principais *commodities* que, desde
28 meados de 2014, apresentaram considerável perda de valor, influenciando o comportamento dos ativos
29 globais, a elevação de aversão ao risco, e a volatilidade para os mercados financeiros. Citou, como
30 exemplo, a queda do preço do petróleo, *commodity* extremamente importante que impactou a
31 perspectiva de investimentos futuros no mercado financeiro. Justificou que a queda de preço foi
32 motivada pelo excesso de oferta da *commodity* em âmbito mundial, o que, no primeiro momento, gerou
33 resultado econômico positivo, ou seja, melhora da atividade global, uma vez que se tratava de um
34 insumo significativo na economia. Em seguida, passou a explanar sobre o segundo fator impactante nos
35 mercados financeiros: a inflação global. Afirmou que a inflação impulsionada pela depreciação do
36 petróleo apresentaria queda nos próximos períodos. Com relação ao petróleo, passou a abordar sobre o
37 comportamento dos bancos centrais e globais em função do cenário que se apresentava. Observou que a
38 melhora da atividade econômica nos Estados Unidos permitiu que o Banco Central Americano passasse
39 por um processo de ajuste monetário e que, em virtude da perda de valor da *commodity*, a tendência
40 seria a postergação da elevação dos juros, uma vez que era necessário haver uma inflação mais
41 acentuada na economia americana. Destacou o mesmo comportamento para o Banco Central Inglês,
42 asseverando que a inflação foi influenciada pela depreciação das *commodities*. Afirmou que a
43 economia da região apresentou pouco crescimento, tendo o Banco adotado uma política de novo
44 afrouxamento monetário, gerando nova injeção de liquidez no mercado a fim de recuperar a economia
45 européia e os níveis inflacionários. Observou que o volume da injeção de recursos feito pelo Banco
46 Central Europeu foi elevado, chegando a 1 trilhão de EUR, o que gerou impacto no comportamento dos
47 ativos. A seguir, passou a explanar sobre as previsões para a economia global para os próximos
48 períodos. Registrou que a Organização de Países Exportadores de Petróleo – OPEP, sinalizou possíveis
49 cortes na produção do insumo, concluindo que o excesso de oferta global, observado no último período,
50 não continuaria a crescer ao longo de 2015. Asseverou que a Política Monetária trazia novidade para o

51 próximo semestre, tendendo a impactar novamente os mercados e promovendo uma maior volatilidade,
52 por influência do Banco Central Americano, que puxaria as taxas. Observou, ainda, que a economia
53 americana crescia bastante, em torno de 5% por trimestre, e que o mercado de trabalho e o setor
54 Imobiliário americano estavam se restabelecendo. Esclareceu que dado o crescimento econômico nos
55 Estados Unidos, a tendência do Banco Central Americano seria a elevação de juros, que por sua vez
56 sobreporia à idéia do Banco Central Europeu de injetar liquidez, levando a três possíveis resultados,
57 conforme a seguir: i) menor disponibilidade de recursos na economia global; ii) maior volatilidade para
58 os mercados; e, iii) o capital e a movimentação do fluxo global mais seletivos. Na sequência, passou a
59 discorrer sobre a situação econômica atual do Brasil. Mostrou que os indicadores econômicos estavam
60 mais premidos, se comparados a períodos anteriores, apontando, por exemplo, a redução no
61 crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), em 2014, assim como o superávit primário, que
62 apresentou déficit fiscal de 0,6% do PIB, no mesmo período. Esclareceu, ainda, que os níveis
63 inflacionários foram relativamente elevados, em torno de 7%, e que o Brasil apresentou déficit de
64 transações correntes acima de 4% do PIB, tornando a política econômica brasileira cada vez mais
65 desafiadora. Afirmou que os investimentos eram a principal variável no Brasil, não apresentando
66 crescimento, e que para 2015 previa-se a continuidade da contratação de investimento privado.
67 Ponderou que dentre as variáveis determinantes para o investimento, a mais relevante era o
68 comportamento dos índices de confiança e que, atualmente, tais índices estavam em níveis muito
69 baixos em diversos segmentos no País, dificultando, assim, o crescimento do investimento privado. Em
70 seguida, apresentou quadro com projeção do PIB, prevendo o resultado negativo de 0,4% para o
71 exercício de 2015, e alta de 1,5% para 2016. Observou que pela ótica da demanda, o consumo seguia
72 como a variável mais dinâmica na economia brasileira; já pelo lado da oferta, o segmento com melhor
73 desempenho era a agricultura, seguida pelo setor de serviços. Arrazoou que o baixo dinamismo da
74 oferta limitaria a expansão do PIB nos próximos dois anos e a indústria, hoje com variação negativa
75 elevada, apresentaria expectativa de melhora somente a partir de 2016. Em relação ao câmbio,
76 reconheceu que o processo de desvalorização do real seguia em curso e que era necessária uma
77 desvalorização adicional da taxa cambial brasileira, pois os Termos de Troca (preços de
78 exportações/importações) vinham perdendo valor nos últimos anos. Asseverou que o cenário externo
79 imporia ao Brasil a elevação da taxa de câmbio, mostrando que o dólar seguia valorizado em relação às
80 demais moedas, e que a previsão da taxa de câmbio para 2015 seria de R\$2,90. A posterior, passou a
81 apresentar gráfico da Inflação Acumulada em 2014, promovendo as seguintes observações: i)
82 crescimento do IPCA em 6,4%; ii) elevação dos Índices de Difusão; e, iii) expectativa de inflação
83 elevada em 2015 com possível melhora para o ano seguinte. Asseverou que a Taxa Básica de Juros-

84 Selic, estava em 12,25% ao ano, e que a tendência era sua elevação em curto prazo, chegando a 12,75%
85 até abril, mas permaneceria estável por um longo período. Resumiu que para 2015 as avaliações
86 apontavam: i) baixo crescimento econômico; ii) elevação da taxa de juros e da inflação; iii) risco no
87 mercado financeiro em decorrência de possível racionamento de água e luz; e iv) o ajuste fiscal que
88 agravaria o baixo crescimento. Por fim, concluiu que a expectativas de melhora seria a partir de 2016
89 tendo o Banco Central do Brasil se comprometido em conduzir a inflação ao centro da meta e dar
90 continuidade à transparência e disciplina fiscal. Na sequência, o Presidente passou a palavra à
91 Representante do BB/DTVM, Sra. Marcela dos Santos, que explicou que o Fundo de Investimento
92 Extramercado do FAT foi inicialmente regido pela Resolução 2.423/1997, e substituído pela Resolução
93 4.034/2011, do Banco Central. Arrazoou que com tal mudança a carteira do Fundo foi alterada,
94 passando a ser composta principalmente por Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B, que seriam
95 Títulos Públicos Federais. Afirmou que o Fundo encerrou janeiro de 2015 com o patrimônio líquido de
96 R\$32.508 bilhões. Em seguida, explanou a respeito da composição da carteira do Fundo, passando a
97 citá-la, conforme a seguir: i) 18,97% do Fundo em operações compromissadas; ii) 8,49% em ativos do
98 IRF-M 1; e, iii) 72,55% em ativos do IMA-B. Esclareceu, ainda, que a Política de Investimento do
99 Fundo permitia a seguinte composição: i) até 25% do patrimônio em operações compromissadas; ii)
100 até 10% em títulos IRF-M 1; e, iii) até 90% em títulos IMA-B. Ponderou que, atualmente, a
101 composição tinha uma estratégia defensiva, objetivando um direcionamento maior para operações
102 compromissadas (OPCOM) e Títulos Públicos de Curto Prazo. Ressaltou que a composição da carteira
103 tinha como base os Títulos Públicos Federais e que mais de 30% destes possuíam vencimento em até
104 um ano, e cerca de 27% superior a 20 anos. Na sequência, apresentou a planilha das rentabilidades
105 mensais do Fundo, comentando que em janeiro de 2015 o Fundo rendeu 2,38%, enquanto o IMA-B
106 rendeu 3,12%, e o CDI rendeu 0,93%. Quanto às rentabilidade acumuladas nos últimos anos,
107 esclareceu que: i) em 2012 houve acentuada queda na curva de juros, resultando em rentabilidade
108 positiva para o Fundo; ii) em 2013 a expressiva alta das taxas de juros acarretou queda nas
109 rentabilidades; e, iii) em 2014, apesar da volatilidade das curvas de juros, manteve uma rentabilidade
110 bastante expressiva. Observou que no acumulado dos últimos doze meses, o Fundo apresentou
111 rentabilidade de 18,55%. Esclareceu que a estratégia do Fundo seria direcionar os recursos disponíveis
112 do Fundo (aplicações e proventos) para Operações Compromissadas, limitada a 25% do patrimônio
113 líquido, bem como direcionar os recursos que excediam os limites das OPCOMs para Títulos Públicos
114 Federais referentes ao índice IRF-M 1 (LTN e NTN-F), mantendo a estratégia defensiva, porém com
115 menor volatilidade. Por fim, explicou sobre o *disclaimer*, afirmando que eram Normas que os órgãos
116 reguladores os orientavam a repassar aos clientes, visando melhor esclarecimento sobre o Fundo de

117 Investimento, citando-as a seguir: i) a rentabilidade obtida não representava garantia de resultados
118 futuros; ii) os investimentos em Fundos não eram garantidos pelo administrador ou por qualquer
119 mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito; iii) ao investidor era sempre
120 recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do Fundo de Investimento onde iria
121 aplicar seus recursos; iv) para avaliação da performance do Fundo de Investimento era recomendável
122 uma análise de período de no mínimo 12 meses; e, v) a rentabilidade divulgada não era líquida de
123 impostos. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular Representante da
124 CTB, Sr. Joilson Antônio Nascimento, indagou ao Representante do BB-DTVM, Sr. Marcelo Fialho, o
125 motivo pelo qual não analisou a influência da China e da Rússia no panorama econômico mundial. O
126 Representante do Banco do Brasil passou a comentar sobre a influência destes países. Informou que a
127 China passava por um processo de desaceleração econômica e, embora esse cenário fosse ruim, o
128 potencial de choque financeiro global da Europa era bem mais elevado. Desta forma, a China não
129 causava tanta preocupação. Em relação à Rússia, explicou que esta era uma economia preocupante,
130 principalmente em decorrência dos preços do petróleo, visto que se tratava de uma economia
131 exportadora do produto. O Conselheiro Titular Representante do MF, Sr. Marcus Pereira Aucélio,
132 observou que as apresentações não fizeram referências aos custos de administração do Fundo. Quanto à
133 composição da carteira, questionou se realmente seria viável manter a estratégia defensiva, elevando as
134 OPCOMs a 25%, e IRFM-1 a 10%, e, ainda, o que estes percentuais representavam em termos de valor.
135 O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, ponderou
136 que não concordava com a análise econômica internacional apresentada, especialmente no que se
137 referia à China, pois os indicadores apontavam para outras expectativas. Solicitou ao Presidente do
138 Conselho que na próxima apresentação do BB-DTVM, também estivesse presente à mesa um
139 representante da equipe técnica do MTE, responsável pelas contas do FAT, a fim de realizar um debate
140 mais profundo acerca do tema. A representante do BB-DTVM, Sra. Marcela dos Santos, arrazoou que
141 quanto à composição da carteira, os títulos de longo prazo se manteriam como boa alternativa de
142 investimento ao longo do tempo para o Fundo, informando que os títulos que constituíam o IMA-B
143 manteriam percentual significativo. Explicou que foi adotado um percentual mais próximo do limite em
144 OPCOM e ativos dentro no IRFM-1 para que o Fundo tivesse menos volatilidade. Afirmou, ainda, que
145 incluiria em uma próxima apresentação uma planilha com explicação dos custos de administração do
146 Fundo, conforme solicitado. O representante do BB-DTVM, Sr. Marcelo Fialho, complementou que
147 apresentaria na próxima oportunidade dados sobre a expectativa média do mercado em termos de
148 cenário econômico. O Conselheiro do MF indagou se a decisão de aplicar em OPCOMs, bem como em
149 NTNs e LTNs seria exclusiva do Banco ou passava pela Coordenação-Geral de Recursos do FAT –

150 CGFAT. O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo
151 César Bezerra de Souza, informou que por determinação legal do Banco Central a Política de
152 Aplicação do Fundo passou por mudanças em 2012. Asseverou que a CGFAT juntamente com o BB-
153 DTVM optaram por seguir a cartela teórica do momento, alongando os prazos de vencimento dos
154 títulos, o que gerou uma rentabilidade de 20% naquele exercício. Explicou que em 2013 houve grandes
155 mudanças na economia brasileira com o crescimento da taxa básica de juros, impactando na
156 precificação dos ativos e, ao final deste exercício, houve despesa financeira em torno de R\$12 bilhões.
157 Arrazoou que em 2014 a rentabilidade melhorou, fechando o exercício em 13% (R\$3 bilhões). Dadas
158 essas constantes mudanças, afirmou que foi solicitado ao Banco que reduzisse as aplicações de longo
159 prazo, a fim de diminuir a volatilidade do mercado (perdas e ganhos financeiros). O Presidente do
160 CODEFAT agradeceu aos técnicos da BB-DTVM pela explanação e solicitou nova apresentação sobre
161 o Fundo Extramercado na próxima reunião do CODEFAT, que incluísse, ainda, informações sobre a
162 taxa de administração do Fundo e indicadores levantados pela CGFAT sobre o extramercado, a fim de
163 fazer uma comparação entre os indicadores do Banco do Brasil e do MTE. Além disso, pediu que o
164 assunto fosse pautado de forma permanente nas reuniões do Conselho. Na sequência, passou ao **ITEM**
165 **4 – Tema: Monitoramento, Avaliação e Perfil de Atuação dos Postos da Rede de Atendimento do**
166 **Programa Seguro Desemprego, no âmbito do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA,**
167 **pela Universidade Federal do Ceará – UFC.** O Representante da Universidade Federal do Ceará –
168 UFC, Sr. Cláudio Albuquerque Marques, relatou que apresentaria um panorama geral do processo de
169 Monitoramento, Avaliação, bem como análise do perfil dos Postos da Rede de Atendimento do
170 Programa Seguro Desemprego, como resultado do trabalho desenvolvido pela UFC em parceria com o
171 Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Inicialmente observou que a composição da rede de
172 atendimento do Programa Seguro Desemprego – PSD, estava organizada da seguinte forma: i) rede
173 conveniada – Postos SINE (estados e municípios); ii) rede própria – Superintendências, Gerências e
174 Agências Regionais do Trabalho e Emprego; e, iii) rede contratada – Caixa Econômica Federal. Em
175 relação à rede contratada, justificou que a maioria dos convênios foram descontinuados em 2014,
176 restando um pequeno número, optando por não incluí-los na tabela apresentada, mas que as
177 informações seriam divulgadas posteriormente. Registrou, ainda, que foi analisado o número de Postos
178 credenciados junto ao MTE, em 2014, totalizando 1.324 Postos da rede estadual; 135 Postos da rede
179 municipal; 560 Postos da rede própria e 374 da Caixa Econômica Federal. Esclareceu que nem todos
180 estavam com a situação cadastral regular ou apresentaram movimentação no período. Informou que a
181 avaliação 2013/2014 contou com a participação de 10.800 trabalhadores, 10.800 beneficiários do
182 Seguro-Desemprego e 2.000 empregadores usuários do SINE, declarando que apesar de algumas

183 mudanças feitas no sistema de avaliação, a UFC manteve a mesma estrutura desenvolvida pela
184 Universidade de Brasília – UNB, inicialmente responsável pela avaliação. Em referência ao
185 monitoramento, destacou que foram visitados 1.600 Postos. Quanto ao Perfil de atuação, esclareceu
186 que no estudo de indicadores de desempenho do Programa Seguro Desemprego, bem como dos Postos
187 de Atendimento do Seguro Desemprego – SD, Intermediação de Mão de Obra – IMO, e Qualificação
188 Profissional – QP, foram levantados dados de 2012 até setembro de 2014, mas que em razão do tempo
189 de execução do atual Termo de Cooperação, levaria de 30 a 60 dias para que os dados fossem
190 registrados e organizados, comprometendo-se a enviar o estudo para conhecimento do Conselho.
191 Arrazouou que esse estudo permitiria ao Conselho e ao MTE obterem conhecimento detalhado acerca do
192 Programa, pois incluiria informações sobre a situação cadastral dos Postos, a infraestrutura, as
193 condições de atendimento aos trabalhadores, as atividades desenvolvidas, o nível de satisfação dos
194 usuários, a integração das ações do Programa Seguro Desemprego, entre outras. Ponderou, ainda, que
195 tais informações também seriam de grande relevância para melhoria do Programa e traria maior
196 efetividade no acompanhamento e controle da Rede que, atualmente, dispunha: i) de atividades
197 desenvolvidas de forma descentralizadas; ii) 45 Postos descredenciados com movimentação; e, iii) 329
198 Postos cadastrados sem movimentação. Observou, também quanto ao grande número de Postos
199 vinculados às redes estaduais, totalizando 56,6% em 2014, o que causava grande impacto à gestão do
200 Programa. A posterior, explicou que nos últimos anos, houve uma grande redução da atuação das
201 agências Caixa na recepção do benefício Seguro-Desemprego, chegando a 160 agências em 2014.
202 Justificando que este fato poderia estar ocorrendo em decorrência da absorção dessa atuação pelos
203 Postos dos estados e municípios. Na sequência, esclareceu que a atuação da Rede era segmentada, ou
204 seja, possuía um perfil diferenciado de atuação. Relatou que a maioria das Redes não atuavam em todas
205 as atividades e que os perfis estavam assim concentrados: i) rede conveniada – emissão de Carteira de
206 Trabalho, recepção de requerimento do SD e intermediação de Mão de Obra; ii) rede própria –
207 recepção de requerimento do SD; e iii) rede contratada - recepção de requerimento do SD e pagamento
208 do benefício. Em seguida, passou a relatar a respeito da infraestrutura das redes de atendimento, tendo
209 os indicadores apontado para a necessidade de melhoria. Dessa forma, observou que aproximadamente
210 40% dos Postos apresentaram local de atendimento e disponibilidade de equipamentos inferiores às
211 condições pactuadas por meio do convênio com o MTE, e mais da metade possuía número de
212 funcionários insuficientes para o efetivo desenvolvimento das atividades. Além disso, em relação ao
213 atendimento especial, informou que o estudo detectou a ausência de rampas em 1/3 dos Postos e falta
214 de guichê preferencial em quase 60% destes, bem como a inexistência de funcionários treinados em
215 libras em 86% dos Postos. Mencionou que, apesar do cenário apresentado, os usuários do SINE

216 avaliaram positivamente o atendimento recebido, arrazoando que isso seria em função da falta de
217 conhecimento do trabalhador quanto ao processo correto, além de satisfazerem-se apenas com a
218 recepção do benefício. Em seguida, ponderou que a outra problemática era pertinente à gestão ou
219 encaminhamento de vagas, sendo estas afetadas principalmente pela segmentação de atividades,
220 conforme comentada anteriormente. Asseverou que, apesar da elevada proporção de Postos estaduais e
221 municipais que atuavam nas três áreas básicas do PSD, 15% destes não desenvolviam todas as
222 atividades: Seguro Desemprego (SD), Intermediação de Mão de Obra (IMO) e Qualificação
223 profissional (QP). Registrou, também, que as orientações e encaminhamentos não eram
224 sistematicamente repassados aos trabalhadores atendidos nos Postos, gerando: i) baixo nível de
225 encaminhamento para emprego (22,7%); ii) baixo nível de orientação sobre QP (2,5%); e iii) baixo
226 nível de encaminhamento para curso de QP (0,7%). Ainda sobre o assunto, relatou que apenas 56,3%
227 dos Postos atuavam na gestão de vagas, além disso, boa parte dos trabalhadores encaminhados não
228 obtinham sucesso na conquista do emprego. Arrazoou, ainda, quanto à qualificação fornecida pelo
229 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que embora não tivesse
230 dados sobre a efetiva participação dos trabalhadores, desde 2013 os Postos já faziam o
231 encaminhamento para o Programa. Diante deste contexto, ressaltou sobre a relevância da parceria com
232 o Ministério da Educação – MEC, para o aprimoramento do processo de qualificação. Na sequência,
233 explanou que seria importante intensificar a relação entre os gestores do PSD em seus diversos níveis.
234 Com essa finalidade, afirmou que a UFC dispunha de um método que compartilharia as informações
235 coletadas através do sistema de monitoramento, mas aguardavam o término da análise pelo MTE para
236 colocá-lo em funcionamento. No entanto, explicou que para o efetivo aproveitamento das informações,
237 bem como sua incorporação nos processos de supervisão, era preciso investir na qualificação dos
238 gestores para intensificar a apropriação dos resultados produzidos em âmbito do PSD. Por fim, passou
239 a discorrer sobre as ações desenvolvidas pelo MTE em decorrência direta ou indireta do trabalho
240 desenvolvido no âmbito do Programa Seguro Desemprego, passando a citá-las, conforme apresentado a
241 seguir: i) descredenciamento de Postos sem movimentação; ii) realização de seminários e oficinas com
242 técnicos e gestores do MTE para apresentarem os resultados produzidos acerca do PSD; iii)
243 intensificação das discussões sobre o estabelecimento de indicadores de desempenho; e, iv) elaboração
244 do Manual de Normatização da IMO. Comentou, ainda, que as informações levantadas através do
245 Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA, seriam utilizadas para atender as demandas dos Órgãos
246 de Controle, bem como para padronizar os postos da rede e seus serviços prestados. Concluiu,
247 discorrendo brevemente sobre o painel de indicadores elaborado para descrever as atividades
248 desenvolvidas pelas unidades de atendimento do PSD, afirmando que por abranger informações como

249 inscrição de trabalhadores, gestão de vagas, Intermediação de Mão de Obra, Seguro Desemprego e
250 Qualificação Profissional, este painel foi relevante no processo de elaboração da pesquisa, assim como
251 para melhoria dos Postos da Rede e o atendimento prestado. O Presidente abriu as inscrições para
252 manifestação. O Conselheiro da UGT declarou que o resultado da pesquisa apresentada retratava a
253 realidade dos Postos de Atendimento do PSD. Considerou que era gravíssima a existência de 329
254 postos credenciados sem movimentação e que, a fim de evitar essa situação, fazia-se necessário um
255 acompanhamento mais sistemático do MTE. Explanou que outro fator notado seria a grande
256 manipulação política nas gestões de vagas que ocorriam, principalmente em âmbito municipal, o que
257 também era preocupante. Além disso, afirmou que a infraestrutura dos Postos de atendimento do PSD
258 era crítica e necessitava de maior atenção, a fim de amenizar os impactos negativos causados.
259 Discorreu, ainda, que além de todos os problemas mencionados, a gestão de vagas não ocorria de forma
260 efetiva devido ao funcionamento precário dos sistemas e de seu gerenciamento, e que os seminários
261 promovidos para qualificação dos gestores eram pouco efetivos, visto que o índice de rotatividade
262 destes ainda era elevado. Em seguida, quanto aos Postos da Caixa Econômica Federal que prestavam
263 atendimento no âmbito do PSD, indagou o por que vinham sendo reduzidos e se havia algum indicador
264 que detalhasse isso. O Conselheiro Suplente Representante da NCST, Sr. Rui Moreira, notou a
265 ausência de alguns dados referentes à qualificação, uma vez que os empregadores queixavam-se de sua
266 ineficácia. Em relação à redução dos Postos Caixa, indagou se ocorria em razão da substituição pelos
267 Postos do SINE e se havia algum parâmetro que justificasse. O Representante da UFC informou que a
268 redução dos Postos Caixa ocorria porque estes deveriam atuar somente onde não havia a presença de
269 Postos estaduais ou municipais. Afirmou que encaminharia ao CODEFAT relatório contendo as
270 localidades em que a Rede Contratada Caixa deixou de atuar na recepção e pagamento do benefício do
271 seguro-desemprego, bem como se nestas localidades havia outra rede prestando os serviços. A
272 Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta, Sra. Sinara Neves Ferreira, solicitou ao Titular da
273 Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional – CGSAP,
274 Sr. Márcio Alves Borges, que explanasse ao Conselho a respeito da redução dos Postos de atendimento
275 da Caixa. O Coordenador-Geral da CGSAP explanou que a Caixa Econômica Federal integrava o
276 sistema de habilitação do SD em caráter complementar, ou seja, onde houvesse deficiência de
277 atendimento. Explicou, ainda, que a Caixa chegou a deter cerca de 80% dos processos de habilitação do
278 Seguro-Desemprego e, no momento, detinha 8%. Justificou que tal queda era em decorrência da
279 política de integração entre o Seguro Desemprego, Intermediação de Mão de Obra e Qualificação
280 Profissional, definida pelo próprio Conselho por meio de Resolução, já que a Caixa não tinha estrutura
281 necessária para realizar a Intermediação de Mão de Obra e encaminhar o trabalhador para realizar os

282 cursos de qualificação, não sendo possível que participasse efetivamente da política de integração.
283 Concluiu que a melhor opção foi desvincular, aos poucos, o processo de habilitação da Caixa
284 Econômica, entendendo que as Agências de Empregos estariam melhor preparadas para recepcionar o
285 trabalhador. A Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta pediu ao Coordenador-Geral da
286 CGSAP que também explanasse quanto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e
287 Emprego – PRONATEC. O Conselheiro Titular Representante da CTB sugeriu que o assunto fosse
288 pautado em próxima reunião, quando houvesse dados completos sobre a qualificação e assim pudessem
289 debater o tema de forma mais aprofundada. O Presidente do Conselho reafirmou a necessidade de
290 pautar o tema novamente, porém solicitou ao Coordenador-Geral da CGSAP que concluísse a fala
291 quanto à integração das atividades no âmbito dos Postos da Rede. O Coordenador-Geral da CGSAP
292 explicou que trabalhadores que solicitavam o benefício pela segunda vez ou mais, de acordo com a Lei
293 7.998, de 11 de Janeiro de 1990, que regulou o Seguro Desemprego, deveriam ser encaminhados para
294 os cursos do PRONATEC, desde que existisse curso disponível próximo ao domicílio do requerente e
295 fosse compatível com seu perfil profissional. Esclareceu que esses requisitos dificultavam o
296 encaminhamento para qualificação profissional, visto que enquadrar esse perfil ao do trabalhador nem
297 sempre seria possível no momento da habilitação. Informou que o MTE em parceria com o MEC
298 criaram um processo de consulta automática no Portal Mais Emprego, ligado diretamente ao sistema do
299 MEC, o qual identificava o trabalhador que atendia aos requisitos, dando início ao processo de
300 encaminhamento para o curso de qualificação profissional. Ponderou que as expectativas para alocação
301 de vagas não haviam sido supridas devido a um problema operacional com o MEC, pois este havia
302 mudado a tabela de escolaridade no sistema sem comunicar ao MTE, impactando drasticamente na
303 quantidade de encaminhamento de pré-matrículas. Por fim, observou que a quantidade de vagas
304 também era uma problemática, uma vez que o PRONATEC não dispunha da quantidade necessária de
305 vagas. O Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços, Sr. Luigi Nese, questionou por que
306 apenas 22% dos trabalhadores foram encaminhados aos cursos de qualificação. O representante da
307 UFC explicou que esse percentual era apenas uma amostra nacional e que a avaliação foi realizada com
308 os trabalhadores logo após o atendimento, ou seja, apenas 22%, naquele momento, relataram que
309 tinham sido efetivamente encaminhados para uma oportunidade de emprego. Observou que isto poderia
310 ter ocorrido por diversos fatores como, por exemplo, a ausência de emprego que se adequasse ao perfil
311 do trabalhador. Justificou, ainda, que para fazer o levantamento do quantitativo real de trabalhadores
312 efetivamente encaminhados, era preciso pactuar algumas informações com o MTE, e que já havia um
313 debate sobre a elaboração de estudos mais aprofundados acerca do tema. O Presidente do Conselho
314 agradeceu ao Representante da UFC pela apresentação realizada e propôs a retomada do tema à Pauta.

315 Recomendou que a partir das pesquisas realizadas fosse apresentado ao Conselho, pelo Departamento
316 responsável, relatório contendo as providências adotadas, bem como as iniciativas propostas, a partir da
317 pesquisa realizada, visando ao aprofundamento do debate. Dando prosseguimento, o Conselheiro da
318 UGT sugeriu a inversão de Pauta do CODEFAT, passando ao item 6, dada a relevância do assunto,
319 tendo os Representantes do Conselho se manifestado favoráveis à inversão. Em seguida, o Presidente
320 passou ao tópico **V – ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO: ITEM 6 – Impactos da Medida Provisória**
321 **nº 665, de 30 de dezembro de 2014, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula**
322 **o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao**
323 **Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro**
324 **desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências. SUBITEM 6.1 – Apresentações:**
325 **Pela Coordenação-Geral do Seguro Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional –**
326 **CGSAP, e pela Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT.** O Titular da Coordenação-
327 Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional –
328 CGSAP/DES/SPPE/MTE, Sr. Márcio Alves Borges, passou a discorrer sobre os possíveis impactos da
329 Medida Provisória 665, publicada em 30 de dezembro de 2014, quanto ao Seguro-Desemprego e o
330 Abono Salarial. Explicou que apresentaria as estimativas a partir de dados obtidos entre 1º de janeiro a
331 17 de dezembro 2014, e que mostraria a análise de impactos da Medida Provisória - MP, caso esta
332 estivesse em vigor neste período. No cenário do Seguro Desemprego, justificou que as informações
333 para realizar o estudo foram retiradas da base de dados do próprio Seguro Desemprego, pois permitiu
334 verificar quantas vezes, num período de dez anos, os trabalhadores voltaram a utilizar o benefício.
335 Observou que em 2014 o número de trabalhadores que fizeram uso do Seguro-Desemprego totalizou
336 R\$8,5 bilhões, constatando que boa parte desses não eram reincidentes, pois o percentual de uso do
337 benefício pelos usuários apresentava os seguintes resultados: i) primeira vez (42%); ii) segunda vez
338 (29%); iii) terceira vez (17,20%); iv) quarta vez (7,70%); e, v) quinta ou mais retornos (3,53%).
339 Arrazoou que a MP 665/2014 trazia mudanças significativas, principalmente para aqueles que iriam
340 requerer o benefício pela primeira ou segunda vez. Exemplificou que se a regra estivesse em vigor no
341 ano de 2014, cerca de seis milhões de trabalhadores teriam sido atingidos. Registrou que a MP passou a
342 exigir: i) dezoito meses trabalhados nos últimos 24 meses, para primeira solicitação; e ii) doze meses
343 trabalhados nos últimos 16 meses, para segunda habilitação. A posterior, explicou que, visando à
344 identificação dos trabalhadores que recorriam ao Seguro-Desemprego pela primeira vez, em 2014, estes
345 foram divididos em quatro grupos, e a partir desses dados foi possível realizar as seguintes
346 identificações: i) grupo (a) – menos de seis meses trabalhados, não se enquadravam na regra anterior
347 nem na MP (5,93%); ii) grupo (b) e (c) – trabalhadores impactados, atendiam a regra anterior, mas não

348 as atuais da MP (44,14%); e iii) grupo (d) – atendiam as exigências anteriores e atuais da MP, 50,47%
349 dos trabalhadores. Relatou que a partir do levantamento destas informações foi possível inferir que
350 1.601.510 do total dos requerentes da primeira solicitação seriam impactados pela MP 665/2014, não
351 tendo, de acordo com as regras atuais, direito a receber o benefício. Na sequência, esclareceu que o
352 mesmo levantamento foi feito com trabalhadores que recorreram ao benefício pela segunda vez,
353 dividindo-os também por faixa de meses trabalhados, citando-os a seguir: i) grupo (e) – com menos de
354 seis meses trabalhados, não se enquadravam na regra anterior nem na MP, total de 155.595
355 trabalhadores; ii) grupo (f) – 672.097 trabalhadores impactados, atendiam a regra anterior mas não as
356 atuais da MP; e, iii) grupo (g) e (h) – 1.665.607 trabalhadores atendiam as exigências anteriores e as
357 atuais da MP. Ressaltou que, embora 66,81% do total de requerentes da segunda habilitação ainda
358 pudessem acessar o benefício, mais de 672 mil trabalhadores estariam impedidos de acessá-lo com as
359 novas regras. Arrazoou que a MP impactaria em 26,58% do total de trabalhadores que buscaram o
360 Seguro-Desemprego, ou seja, 2.273.607 teriam sido atingidos, caso esta medida estivesse em vigor em
361 2014. Em seguida, demonstrou que o impacto monetário da MP no Fundo de Amparo ao Trabalhador –
362 FAT, analisando o valor médio emitido em 2014, totalizaria R\$8,9 bilhões. Na sequência, relatou que
363 com o objetivo de identificar o perfil dos 2,2 milhões de trabalhadores afetados pela Medida Provisória,
364 foram levantadas e organizadas as informações obtidas por faixa etária, grande setor e Unidade da
365 Federação. Passou a discorrer inicialmente quanto à faixa etária, explicando que os trabalhadores que
366 sofreriam maior impacto seriam os jovens entre 18 e 24 anos, somando 995.390 trabalhadores do total
367 dos 2 milhões (43,78%), seguida da faixa etária dos 30 aos 39 anos (19,94%), porém esta de forma
368 mais tênue. Na sequência, apresentou tabela com cenário de estudos dos impactos por setor de
369 atividade econômica. Arrazoou que após observar os dados de 2014, constatou-se que o setor da
370 construção civil seria o mais impactado, afetando 60,57% dos trabalhadores na primeira solicitação e
371 40,07% na segunda habilitação, ou seja, ambos não poderiam acessar o benefício caso a Medida
372 estivesse em vigor. Ainda, quanto ao setor econômico, explicou que a faixa etária mais atingida,
373 novamente, seriam os jovens entre 18 a 24 anos no setor do comércio com 340.141 trabalhadores. A
374 posterior, passou a apresentar o perfil dos trabalhadores impactados pela MP por região, apurando que
375 o maior impacto seria na região Sudeste, seguida pela região Nordeste, tanto na primeira como na
376 segunda solicitação. Apresentou, ainda, os dados por estado, afirmando que, embora São Paulo tivesse
377 o maior número de trabalhadores afetados, um número bem expressivo era identificado no estado de
378 Roraima, atingindo 54% dos trabalhadores durante a primeira solicitação do Seguro-Desemprego.
379 Quanto à segunda habilitação, esclareceu que o estado do Piauí sofreria significativo impacto,
380 atingindo 38,45% de trabalhadores. Em seguida, passou a ponderar a respeito do impacto da MP no

381 Abono Salarial. Explicou que as seguintes regras permaneciam vigentes: i) estar cadastrado nos
382 Programas PIS/PASEP há pelo menos cinco anos; e, ii) ter recebido de empregadores que contribuem
383 para o PIS/PASEP, até dois salários mínimos médios de remuneração mensal. Destacou que o tempo de
384 atividade exercida no ano base foi alterado, passando de trinta dias trabalhados para 180 dias,
385 ininterruptos. Na sequência, apresentou quadro com histórico do total de Abonos identificados e pagos,
386 por exercício financeiro, de 2003 a 2014, observando que o crescimento das contas do benefício se
387 dava em razão da política de valorização do salário mínimo. Ressaltou que no ano base de 2014/2015
388 foram identificados 23,1 milhões de Abonos com dispêndio de R\$15,2 bilhões. Explicou que o estudo
389 do impacto no Abono Salarial para 2015 foi realizado levando em consideração os dados da Relação
390 Anual de Informações Sociais – RAIS, quanto ao número de trabalhadores, que de acordo com a
391 legislação anterior teria direito ao benefício, constatando-se um total 45,3 milhões com vínculos
392 trabalhistas, possuindo entre 30 a 360 dias ininterruptos de trabalho, no total de 23,9 milhões de
393 Abonos. Justificou que a partir destes dados foi simulado o potencial para o ano base 2015, constatando
394 que com o advento da MP, o quantitativo de vínculos empregatícios com direito ao benefício do Abono
395 Salarial reduziria de 23,9 milhões para 14,1 milhões de trabalhadores. Concluiu, observando que em
396 termos financeiros esse decréscimo de vínculos corresponderia à redução estimada de cerca de R\$9
397 bilhões pagos em benefício do Abono Salarial. Lembrou que as regras dispostas na MP somente seriam
398 válidas a partir de 2016, em decorrência do direito adquirido pelos trabalhadores no ano corrente de
399 2015. Logo após, passou a discorrer sobre o impacto da MP 665/2014 no Seguro-Desemprego
400 Pescador Artesanal. Informou que a competência administrativa para processar e deferir o seguro-
401 defeso passou a ser do INSS e não mais do MTE, devendo o pescador apresentar a Carteira de Registro
402 Geral da Pesca e Agricultura – RGPA, categoria artesanal, atualizada e emitida pelo Ministério da
403 Pesca e Agricultura, com prazo de três anos contados da data de requerimento do benefício, e não mais
404 de um ano como exigência anterior. Em seguida, passou a discorrer quanto a outras mudanças
405 provocadas pela MP no seguro-defeso, citando-as a seguir: i) quantidade de parcelas pagas do benefício
406 ao pescador limitada a cinco, independente do período do defeso; ii) exigência de comprovante de
407 venda do pescado ou recolhimento mensal à Previdência Social; iii) vedação de acumulação do
408 benefício com outros programas de transferência de renda; e, iv) restrição do benefício ao pescador
409 artesanal que exerce a atividade de forma exclusiva. Ponderou que apenas o custeio de benefício
410 manteve-se inalterado, permanecendo a cargo do FAT, embora todo o processo operacional estivesse
411 sob a responsabilidade do INSS a partir de abril de 2015. Relatou que os estudos haviam sido
412 elaborados a partir dos defesos iniciados em janeiro/2014, e os dados obtidos em decorrência do tempo
413 de cadastro no RGP. Demonstrou o impacto da MP para a categoria, afirmando que, em 2014, se a

414 exigência fosse de três anos de cadastro no RGP, 18,24% dos pescadores não poderiam acessar o
415 benefício, totalizando 118.700 impactados. Além disso, ressaltou que a estimativa em valores
416 monetários seria a redução de R\$429,6 milhões nos valores emitidos para a o benefício do Pescador
417 Artesanal. Finalizou, apresentando as estimativas de impacto por Unidade Federativa, informando que
418 o estado do Piauí detinha 70% do total de requisições, sendo o mais impactado pela MP. O Presidente
419 do CODEFAT agradeceu a apresentação e solicitou um aparte para propor que a reunião fosse
420 realizada em único turno e que o item 5, que trata da **Avaliação do Programa Nacional de**
421 **Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, realizada mediante parceria do MTE/UnB**, fosse
422 retirado de Pauta e pautado na próxima reunião do Conselho, tendo obtido manifestação favorável por
423 parte dos Representantes do Conselho. O Conselheiro da CTB informou que teria agenda no período
424 vespertino e faria um breve pronunciamento a respeito do tema. Declarou que na última reunião do
425 Conselho haviam indagado ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias, quanto às
426 especulações de possíveis mudanças nas regras dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono
427 Salarial, veiculadas pela imprensa. Observou que o Ministro declarou, conforme registrado em ata, que
428 nenhuma medida seria tomada pelo governo sem antes realizar um debate com os representantes da
429 sociedade civil, no entanto, não foi o que ocorreu. Observou que os técnicos da BB-DTVM foram
430 claros ao apontar a renda nacional do trabalhador como fator importantíssimo para o equilíbrio
431 financeiro nacional. Asseverou que a Medida Provisória nº 664/2014 que trata sobre mudanças nos
432 Planos de Benefícios da Previdência Social, bem como da Medida Provisória nº 665/2014, que dispõe
433 sobre as alterações nos Programa Seguro Desemprego e Abono Salarial, não favoreciam esse quadro,
434 uma vez que diminuiria os recursos distribuídos aos trabalhadores. Explicou que conforme dados
435 apresentados, a MP 665/2014 impactava diretamente na classe trabalhadora mais jovem (18 a 24 anos),
436 ou seja, aqueles que ainda se estabeleciam no mercado de trabalho e tinham pouca qualificação.
437 Afirmou, ainda, que era uma classe trabalhadora de extremo risco social, pois diante da realidade
438 brasileira era notório o aumento da participação de jovens no cenário da criminalidade e que o
439 montante gasto em segurança pública no Brasil já ultrapassava o valor a ser economizado com tais
440 mudanças. Arrazou que essas Medidas Provisórias visavam apenas o ajuste fiscal sem considerar a
441 relevância e o impacto social. Enfatizou que as Medidas ameaçavam o cenário econômico financeiro,
442 deixando registrada a posição desfavorável da CTB em relação às Medidas Provisórias. Finalizou,
443 registrando que encaminharia à Secretaria Executiva do CODEFAT documento contendo
444 pronunciamento e voto desfavorável quanto a essas Medidas. O Presidente do CODEFAT agradeceu ao
445 Conselheiro da CTB por sua manifestação e passou a palavra ao Coordenador-Geral da CGFAT, que
446 informou que faria uma apresentação sobre o tema em tela, de forma célere e objetiva. Explicou que o

447 FAT era destinado ao custeio do Programa Seguro Desemprego e do pagamento do Abono Salarial,
448 além do financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico por meio do Banco Nacional de
449 Desenvolvimento - BNDES. Apresentou quadro contendo comportamento das receitas, obrigações e
450 resultados do FAT, incluídos os repasses ao BNDES, referente ao período compreendido entre 2003 a
451 2014. Relatou que ao final de 2014 houve significativo crescimento das despesas e receitas, totalizando
452 R\$69,3 bilhões e R\$70,1 bilhões, respectivamente. Observou que ao longo do último exercício, o
453 Fundo apresentou superávit nominal de R\$900 milhões, em contrapartida, em 2013 registrou déficit
454 nominal no valor de R\$10,4 bilhões. Ressaltou que boa parte das obrigações eram repassadas ao
455 BNDES, o que gerava resultado econômico positivo, chegando a R\$17,8 bilhões em superávit, no
456 exercício de 2014, resultando, assim, num patrimônio crescente para o Fundo ao longo dos últimos
457 anos. Na sequência, passou a explicar sobre a evolução patrimonial do Fundo nos últimos cinco anos,
458 fazendo os seguintes destaques para 2014: i) o Extramercado encerrou com R\$29,4 bilhões; ii) os
459 empréstimos ao BNDES totalizaram R\$178,6 bilhões, crescimento em torno de R\$80 bilhões; e iii) os
460 Depósitos Especiais fecharam o exercício em R\$24,05 milhões, uma redução aproximada de R\$12
461 bilhões entre 2010 e 2014. Demonstrou, ainda, que a política ativa do Fundo vinha sendo reduzida ao
462 longo do período, tendo este alcançado o montante de R\$232,4 bilhões em patrimônio, em 2014.
463 Posteriormente, observou que no mesmo período os recursos repassados ao BNDES totalizaram R\$195
464 bilhões. Explicou que os recursos do Fundo, até dezembro de 2014, estavam assim distribuídos: i)
465 77,8% em empréstimos ao BNDES (R\$178,6 bilhões); ii) 12,6% no Extramercado (R\$29,4 bilhões); e,
466 iii) 10,3% em Depósitos Especiais (R\$24,05 bilhões). Na sequência, esclareceu que o crescimento das
467 despesas do Fundo ocorriam em função do aumento da formalização da mão-de-obra, da elevada
468 rotatividade de trabalhadores no mercado formal e do crescimento real do salário mínimo, impactando
469 diretamente no pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Relatou que,
470 em 2014, o Seguro-Desemprego alcançou a margem de 9,2 milhões de beneficiários e o total de R\$36
471 bilhões em despesas. Com relação ao Abono Salarial, os beneficiários totalizaram 22,4 milhões e as
472 despesas R\$15,9 bilhões, no mesmo período. Seguiu apresentando quadro com dados da movimentação
473 financeira do Fundo em 2014, comparando-os com os apresentados em 2013, apontando para o
474 crescimento de 30,8% do total das receitas, 11,2% do total das despesas e 8,2% do total das obrigações.
475 Em seguida, chamou atenção para o saldo positivo de R\$ 851,2 milhões obtidos no exercício de 2014,
476 invertendo o déficit nominal apresentado em 2013 de R\$10,3 bilhões. A posterior, comentou que as
477 receitas do FAT chegaram a R\$70,1 bilhões, em 2014, destacando como principais receitas as
478 remunerações do Extramercado (R\$3,6 bilhões) e a contribuição PIS/PASEP (R\$43,1 bilhões), sendo
479 esta última a maior fonte de entrada de recursos no Fundo. Logo após, expôs sobre o demonstrativo da

480 Desvinculação de Receitas da União (DRU) e desonerações referentes à contribuição PIS/PASEP.
481 Explicou que em 2014, de acordo com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, as desonerações de
482 recursos da contribuição PIS/PASEP somaram o montante de R\$11,6 bilhões e a previsão para 2015
483 apontava para R\$14,1 bilhões. Informou que as receitas do FAT estavam assim distribuídas: i)
484 contribuição PIS/PASEP: 61,4% do Fundo; ii) recursos do Tesouro Nacional: 19,7%; iii)
485 remunerações: 18,1%; iv) Contribuição Sindical: 0,5%; e, v) restituições/multas e outras: 0,1%. Com
486 relação às despesas, destacou o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, com crescimento de 12,7% e
487 8,3%, respectivamente, em comparação a 2013. Afirmou que as despesas operacionais do Seguro-
488 Desemprego e do Abono Salarial, bem como os empréstimos ao BNDES, mantiveram os valores
489 parecidos com os apresentados em 2013. Arrazoou que as despesas correntes estavam assim dispostas:
490 i) Seguro-Desemprego: 68,8%; ii) Abono Salarial: 30,3%; iii) Qualificação Profissional: 0,5%; iv)
491 Intermediação de Mão de Obra: 0,27%; e, v) despesas operacionais e outras: 0,7%. Apontou algumas
492 projeções para os exercícios de 2015 e 2016, citando-as a seguir: i) redução das despesas do Seguro-
493 Desemprego, a partir de março de 2015, em função da MP 665/2014; ii)) redução das despesas do
494 Abono Salarial, a partir de julho de 2016; e, iii) fim da incidência da DRU sobre o PIS/PASEP, em
495 dezembro de 2015. Em seguida, citou alguns parâmetros utilizados para as projeções mencionadas: i)
496 taxa de inflação (IPCA): 6,9% (2015) e 5,6% (2016); ii) taxa de juros de longo prazo (TJLP): 5,50%
497 (2015/2016); iii) taxa extramercado (TM-SELIC): 12,4% (2015) e 11,69% (2016); iv) Salário mínimo
498 R\$788,00 (2015) e R\$844,77 (2016); v) taxa de crescimento do salário mínimo: 8,8% (2015) e 7,2%
499 (2016); e, vi) taxa de crescimento do PIB: 0,1% (2015) e 1,5% (2016). Informou que as projeções
500 foram elaboradas com base nos dados da CGFAT/MTE e do Boletim Focus/BB. Por fim, informou que
501 dentro das projeções para 2015, fazia-se necessária a arrecadação de R\$66,4 bilhões em receitas para
502 um total de obrigações no mesmo montante. Relatou, ainda, que foi prevista uma redução de gastos em
503 16,1% com o pagamento do Benefício do Seguro-Desemprego para o mesmo período. Em relação ao
504 Abono Salarial, afirmou que os custos seriam reduzidos apenas em 2016, após a vigência da MP, onde
505 os gastos passariam de R\$18 bilhões para R\$9,3 bilhões. Concluiu, explicando que os impactos gerados
506 pela MP 665/2014 trariam uma melhora significativa as contas do FAT, mas não seriam suficientes
507 para promover o equilíbrio no exercício de 2015. O Presidente agradeceu as apresentações e abriu as
508 inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT reiterou que para primeira habilitação ao Seguro-
509 Desemprego a MP 665/2014 exigia no mínimo dezoito meses trabalhados nos últimos vinte e quatro
510 meses, indagando se esse período mínimo de trabalho deveria ser ininterrupto. O Coordenador-Geral da
511 CGSAP informou que não, pois a MP 665/2014 deixava claro que se fazia necessário para a primeira
512 solicitação apenas que tivesse recebido salários de pessoa jurídica ou física por pelo menos dezoito

513 meses nos últimos vinte e quatro meses. O Conselheiro Suplente Representante da CGTB, Sr. João
514 Edilson Oliveira, questionou ao Coordenador-Geral da CGSAP sobre qual seria o impacto da MP
515 665/2014 no Abono Salarial, por região. O Coordenador-Geral da CGSAP informou que não havia esse
516 levantamento, mas se comprometeu a apresentá-los ao Conselho. O Conselheiro da NCST ressaltou
517 que o Ministro do Trabalho e Emprego, em reunião anterior, assegurou aos Conselheiros que nenhuma
518 medida seria tomada sem prévio debate. No entanto, relatou que foram surpreendidos com a edição das
519 Medidas Provisórias nº 664 e nº 665, em 30 de dezembro de 2014, onde estas retiravam direitos
520 trabalhistas considerados relevantes. Destacou que havia grande preocupação com o cenário econômico
521 e político do País, bem como os possíveis impactos deste cenário, registrando posição desfavorável à
522 edição das Medidas Provisórias citadas. O Conselheiro da CNS-Serviços ponderou que, embora a
523 intenção do governo fosse reduzir as despesas, não estava de acordo com as medidas tomadas.
524 Lembrou que quando ocupou a cadeira de Presidente do Conselho alertou sobre o impacto da política
525 de valorização do salário mínimo sobre o Abono Salarial, porém nenhuma providência havia sido
526 tomada. Considerou que as medidas tomadas pelo governo foram drásticas, o que também ocorreu com
527 o Seguro-Desemprego. Arrazouo que o adequado seria uma prévia consulta ao Conselho, bem como a
528 análise que tais Medidas acarretariam antes de editá-las. Observou que boa parte do volume de
529 despesas do FAT concentrava-se no Abono Salarial, apresentando crescimento exponencial em relação
530 ao Seguro-Desemprego. Defendeu novamente as propostas anteriormente apresentadas pela CNS-
531 Serviços, que incluíam: i) transformar o saque FGTS em saque aniversário, permitindo o valor máximo
532 de 50%; ii) aumento de um a dois meses no período para acesso ao Seguro-Desemprego; iii) exigência
533 de até um salário mínimo e meio para recebimento do Abono Salarial e não mais dois salários; e, iv)
534 desvinculação do valor do Abono Salarial com o salário mínimo. Afirmou que estas seriam medidas
535 mais criteriosas e diminuiriam significativamente as despesas com tais benefícios. Por fim, indagou
536 sobre o saldo do antigo fundo PIS/PASEP, cujos depósitos ocorreram até 1988, ano em que foi
537 instituído o atual Fundo, que passou à conta do Tesouro Nacional. O Conselheiro Titular Representante
538 da MF, Sr. Marcos Pereira Aucélio, informou que o antigo fundo PIS/PASEP contava com saldo de
539 cerca de R\$32 bilhões, podendo ser sacado pelos beneficiários ao se aposentarem ou ao completarem
540 setenta anos. Observou que havia em torno de 32 milhões de cotistas, o que daria em torno de R\$1.000
541 para cada um. O Conselheiro da CNS-Serviços sugeriu que o saldo do antigo fundo fosse devolvido aos
542 cotistas que tinham direito ao recurso até como forma de injetar recursos na economia. O Presidente do
543 CODEFAT registrou que na qualidade de Conselheiro Representante da CUT manifestava-se
544 desfavorável à edição das Medidas Provisórias nº 664 e nº 665 de 2014. Explicou que o conteúdo
545 destas Medidas não continham mecanismos efetivos no combate às despesas do Fundo e penalizavam o

546 segmento social mais fraco, os jovens. Ressaltou, ainda, sobre a importância do Conselho se posicionar
547 frente ao Congresso Nacional acerca das preocupações com as Medidas Provisórias, bem como
548 apresentar as diversas medidas já tomadas pelo CODEFAT, visando amenizar as despesas do FAT. O
549 Conselheiro da UGT arrazoou que foi surpreendido ao final do ano quando convocado para reunião no
550 Palácio do Planalto com os Ministros e outras Centrais Sindicais, para que fossem apresentadas as
551 Medidas, mas nenhum debate foi realizado previamente. Notou que tais mudanças nos benefícios
552 afetavam diretamente a população mais carente brasileira. Dessa forma, registrou também sua
553 manifestação desfavorável à edição das Medidas Provisórias, afirmando que defendia a revogação de
554 ambas. Sugeriu que estivesse disponível no Portal do MTE o banco de dados com nome dos
555 beneficiários dos Programas Seguro Desemprego e Abono Salarial, justificando que isso facilitaria a
556 identificação de fraude e prezaria pela transparência dos Programas e do Fundo. O Coordenador-Geral
557 da CGSAP informou que os dados dos beneficiários do Programa Seguro Desemprego Pescador
558 Artesanal já estavam acessíveis no Portal da Transparência. Com relação aos demais, afirmou que o
559 pedido havia sido encaminhado à área competente e acreditava que em breve os dados estariam
560 disponíveis tanto no site da Controladoria Geral da União – CGU como no Portal MTE. O Conselheiro
561 do MF observou que o mercado de trabalho passava por diversas mudanças estruturais. Citou, como
562 exemplo, o aumento da formalização da mão de obra e a política de valorização do salário mínimo,
563 esclarecendo que tais mudanças aumentavam significativamente os gastos com o Abono Salarial e
564 Seguro-Desemprego. Defendeu uma revisão célere na política pública de ambos os Programas, visando
565 diminuir o impacto financeiro nas despesas do FAT. Na sequência, elogiou a apresentação realizada
566 pelo Coordenador-Geral da CGSAP, porém se mostrou receoso quanto a basear-se nos dados de 2014
567 como regra para perspectivas futuras, dada a ausência de informações sobre anos anteriores. O
568 Presidente do Conselho explicou que dadas as excessivas medidas que estavam sendo tomadas pelo
569 governo, a perspectiva poderia ser ainda mais grave do que a previsão apontada para 2015. O
570 Coordenador-Geral da CGSAP lembrou que, inicialmente, os indicadores apontavam para um impacto
571 de 68% dos trabalhadores, esclarecendo que após reunião com o governo, foram sinalizadas ressalvas
572 técnicas, tendo a estimativa sendo reduzida para 38% dos trabalhadores. Desse modo, verificaram que
573 por meio do levantamento de informações do Seguro Desemprego, as previsões chegariam bem
574 próximas à realidade. Em seguida, ratificou que os estudos apontavam quanto aos impactos das
575 Medidas Provisórias para a primeira e segunda habilitação ao Seguro-Desemprego, quanto aos
576 trabalhadores que buscassem o Seguro-Desemprego pela terceira ou mais vezes teriam que aguardar o
577 estudo de casos concretos. O Presidente passou a palavra ao Técnico do DIEESE, Sr. Alexandre
578 Sampaio Ferraz, que passou a explicar sobre o conceito utilizado pelo Departamento para realizar o

579 estudo do percentual de trabalhadores impactados pelas medidas. Afirmou que o estudo se baseou na
580 quantidade efetiva de trabalhadores que teriam direito ao Seguro-Desemprego, independente se fariam
581 o uso ou não do benefício. Na sequência, o Presidente do Conselho agradeceu e esclareceu que
582 apresentaria aos Conselheiros o esboço de correspondência a ser encaminhada ao Congresso Nacional
583 em nome do CODEFAT, contendo algumas reivindicações sobre a MP 665/2014, se os demais assim
584 concordassem, passando a lê-la: *“Excelentíssimos (as) Senhores Senadores (as) e Deputados (as), o*
585 *Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) vem por meio deste ofício*
586 *externar a preocupação de seus membros com relação às medidas propostas pelo poder Executivo na*
587 *Medida Provisória 655 de dezembro de 2014. A referida medida busca equilibrar economicamente o*
588 *FAT exclusivamente por meio do corte de despesas. A necessidade de equilíbrio do fundo tem sido*
589 *exaustivamente debatida por este conselho, que além de curador do fundo tem a responsabilidade de*
590 *definir suas políticas e propor melhorias na legislação ao governo e ao Congresso. No ano passado o*
591 *CODEFAT enviou ao Ministro da Fazenda e ao Tribunal de Contas da União uma série de medidas*
592 *visando promover o equilíbrio do fundo, sem retirar direitos dos trabalhadores. As medidas partiram*
593 *da conclusão de que o aumento de despesas do FAT não é fruto do mal uso de recursos ou de*
594 *incentivos perversos da legislação, mas sim fruto do sucesso das políticas de inclusão social e*
595 *distribuição de renda, cuja expressão se observou de forma contundente na grande criação de*
596 *empregos formais nos últimos 12 anos e na valorização do salário mínimo. A fim de permitir a*
597 *sustentação dessas políticas o CODEFAT propôs medidas para restabelecer a integridade das receitas*
598 *do fundo, entre elas: - Fim da DRU sobre a arrecadação do PIS/PASEP; - Regulamentação do artigo*
599 *239 da constituição que prevê receitas adicionais para o fundo de amparo ao trabalhador custear o*
600 *seguro desemprego em um contexto de alta rotatividade no mercado de trabalho; - Suplementação*
601 *orçamentária da União para cobrir a frustração de receitas decorrentes das desonerações do*
602 *PIS/PASEP; - Maior investimento nos postos do SINE e na política de Intermediação de Mão de Obra.*
603 *O programa Seguro Desemprego é fundamental para o trabalhador e para economia do País,*
604 *preservando o poder de compra do empregado demitido sem justa causa durante a busca por um novo*
605 *emprego e também atenuando a queda na demanda em tempos de crise econômica. Nos momentos de*
606 *instabilidade no mercado de trabalho é fundamental trabalhar para aperfeiçoar o seguro desemprego,*
607 *alongando o período de cobertura e principalmente garantir que o FAT tenha fôlego para executar*
608 *políticas ativas para geração de emprego e intermediação de mão de obra. O assunto em pauta é de*
609 *extrema relevância e uma pauta fundamental para o trabalhador e para toda a sociedade. Certos de*
610 *vossa atenção.”* O Conselheiro do MF pronunciou que não era favorável ao encaminhamento da carta
611 em nome do Conselho. O Conselheiro da CNS-Serviços asseverou que não se recordava da aprovação

612 pelo Conselho do pedido de regulamentação do artigo 239 da Constituição e declarou que não era
613 favorável ao encaminhamento do documento em nome do CODEFAT. O Presidente do Conselho
614 arrazoou que essa ação não guardava a finalidade de constranger o Conselho, propondo que cada
615 Conselheiro interessado no encaminhamento ao Congresso Nacional poderia assiná-la de forma
616 individual. O Conselheiro Suplente Representante do MPS, Sr. Rogério Nagamine Costanzi,
617 considerou que não seria viável realizar tal encaminhamento em nome do Conselho, dada a importância
618 do tema e que este deveria ser debatido com maior cautela, além disso, o governo já discutia a questão
619 com as Centrais Sindicais, sugerindo que a medida fosse remetida pela Bancada dos Trabalhadores. O
620 Conselheiro da UGT mostrou-se favorável ao encaminhamento do documento em nome da Bancada
621 dos Trabalhadores, uma vez que poderia incluir tópicos já deliberados com as Centrais Sindicais. O
622 Presidente do Conselho esclareceu que eximiria o Conselho de tal responsabilidade e faria as alterações
623 necessárias na redação do documento, substituindo o remetente “Conselho Deliberativo do Fundo de
624 Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)” para “Bancada dos Trabalhadores”, e posteriormente atualizaria
625 a redação para que pudesse ser encaminhada. Em seguida, o Presidente passou ao tópico **VI -**
626 **OUTROS ASSUNTOS: ITEM 7 - Entrega dos seguintes documentos: 7.1 - Boletim de**
627 **Informações Financeiras do FAT – 6º Bimestre/2014; 7.2 - Periódico INFORME PROGER –**
628 **Dados até dezembro de 2014; 7.3 - Informativo da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego -**
629 **SPPE/MTE sobre a situação das prestações de contas de convênios com recursos do FAT (Plano**
630 **de Providências relativo à Auditoria da Avaliação de Gestão do FAT, exercício 2012, nº**
631 **201305838 – Constatação 1.1.1.7 – Recomendação 1); Sumário Executivo do Departamento de**
632 **Emprego e Salário – DES/SPPE/MTE (Plano de Providências relativo à Auditoria da Avaliação**
633 **de Gestão do FAT, exercício 2012, nº 201305838 - Constatação 1.1.1.7 – Recomendação 2); 7.5 -**
634 **Relatórios: 7.5.1 – Execução da PDE – REL-PDE; e, 7.5.2 - Resultados do Plano Nacional de**
635 **Qualificação – PNQ (Plano de Providências relativo à Auditoria da Avaliação de Gestão do FAT,**
636 **exercício 2013, nº 201408195 – Constatação 2.1.1.7 – Recomendação 3).** O Presidente informou que
637 os documentos em referência se encontravam na mídia digital distribuída a cada Conselheiro no início
638 dos trabalhos. O Presidente indagou se havia mais alguma observação, não tendo sido registrada
639 nenhuma manifestação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o
640 Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo aos Conselheiros e a toda equipe do MTE pela
641 valorosa contribuição na condução dos trabalhos. E, para constar, eu, Sinara Neves Ferreira, Secretária-
642 Executiva do CODEFAT – Substituta, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
643 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

QUINTINO MARQUES SEVERO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CUT

SINARA NEVES FERREIRA
Secretária-Executiva do CODEFAT – Substituta e
Conselheira Suplente Representante do MTE

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Conselheiro Titular Representante do MF

VERA LÚCIA OLIVEIRA
Conselheira Titular Representante do MAPA

THIAGO RABELO PEREIRA
Conselheiro Titular Representante do BNDES

ROGÉRIO NAGAMINE CONSTANZI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOILSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CTB

RUI MOREIRA
Conselheiro Suplente Representante da NCST

JOÃO EDILSON OLIVEIRA
Conselheiro Suplente Representante da CGTB

LUIGI NESE
Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Conselheiro Suplente Representante da CNTur

ANTÔNIO MAZUREK
Conselheiro Titular Representante da FENASEG
